



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA
(Decreto de 26 de maio de 1999)**

RELATÓRIO VISITAS TÉCNICAS – 2016

1. SOBRE AS VISITAS TÉCNICAS

O projeto de visitas técnicas possibilita formar uma rede de comissões de ética capacitadas, mais estruturadas e engajadas com as responsabilidades pela gestão da ética e com os conhecimentos necessários à implementação da gestão da ética em seus órgãos e entidades. Tais visitas têm, ainda, a finalidade de fomentar o ajustamento das comissões de ética aos normativos éticos.

A ação de supervisionar, auxiliar e apoiar as comissões de ética das entidades do Poder Executivo Federal encontra respaldo no Decreto nº 6.029/2007, que instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

O público-alvo são os gestores públicos do Poder Executivo Federal, integrantes de comissões de ética, e demais servidores com responsabilidades pela gestão da ética nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal.

1.1 Objetivos

- Avaliar e supervisionar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- Contribuir para a efetividade e sustentabilidade das ações de promoção da ética;
- Criar condições necessárias para tornar efetivo o alcance dos objetivos e das diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual da CEP;
- Conferir adequação das comissões de ética às regras de composição, organização, funcionamento e procedimentos previstos na Resolução CEP nº 10/2008;
- Disseminar o Regramento Ético.

2. CRONOGRAMA DE VISITAS REALIZADAS – 2016

No ano de 2016, foram realizadas 20 visitas técnicas a organizações e entidades do Poder Executivo Federal, de fevereiro a dezembro, em cumprimento à responsabilidade da Comissão de Ética Pública de coordenar, supervisionar e avaliar o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Foram visitadas instituições nos estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Distrito Federal.

3. VISITAS TÉCNICAS 2016 - INFORMAÇÕES GERAIS

- 20 visitas técnicas (média de 22 por ano, de 2009 a 2016);
- 45% no DF, 55% em outros Estados (MG, PE, MS, RJ);
- 80% nunca foram visitadas, 20% segunda visita;
- 85% de rotina, 15% solicitadas pelas instituições.

4. AVALIAÇÃO

4.1 Critérios avaliados

1. PLANEJAMENTO (**Avaliação** – relativa ao Questionário de Avaliação e **Plano de Trabalho**)
2. COMPROMISSO INSTITUCIONAL (**Comissão Ativa**)
3. INRAESTRUTURA (**Comissão Completa, Instalações Próprias e Funcionamento Contínuo**)
4. REGRAMENTO (**Código de Conduta Atual e Regimento Interno**)
5. EDUCAÇÃO (**Qualificação dos Membros da CE pela CEP e Promoção de Cursos**)
6. COMUNICAÇÃO (**Regras Éticas**)
7. ACONSELHAMENTO (**Atendimento a Consultas**)
8. APURAÇÃO (**Desvios Éticos**)

4.2 Conceitos aplicados em relação aos critérios avaliados

Nível de Atendimento:

A = Atende

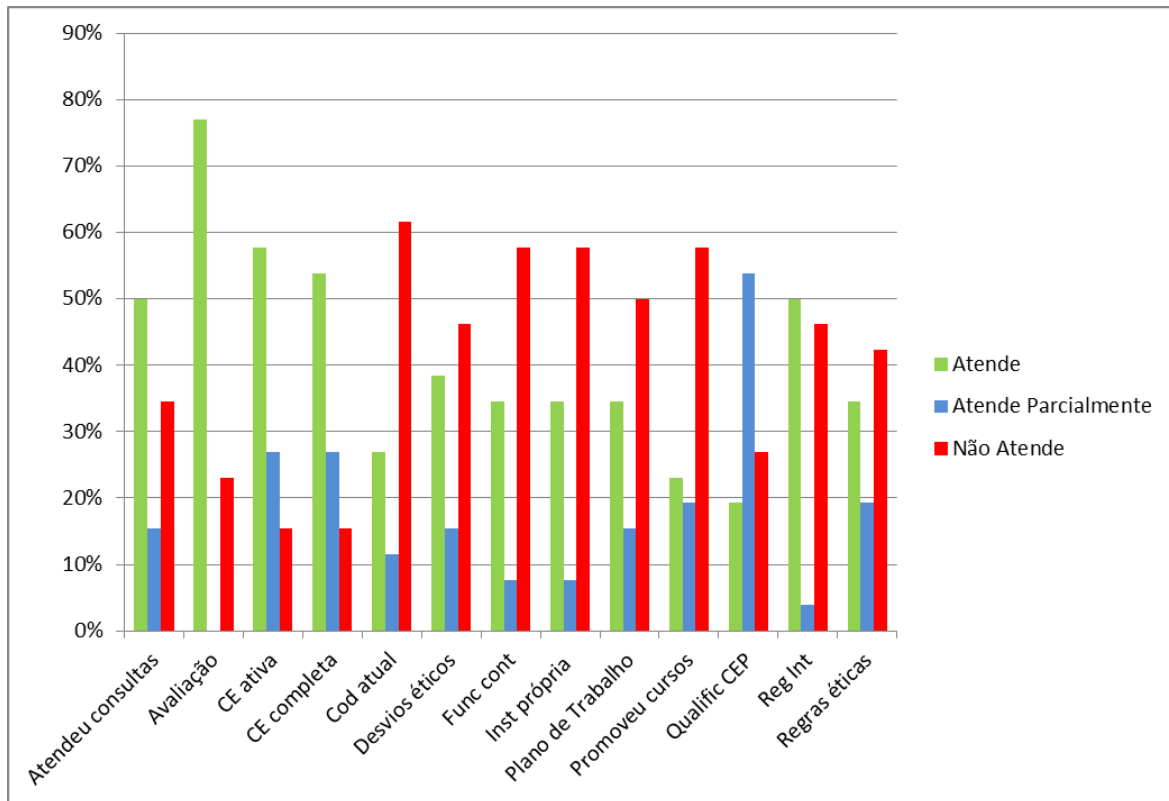
AP = Atende Parcialmente

NA = Não Atende

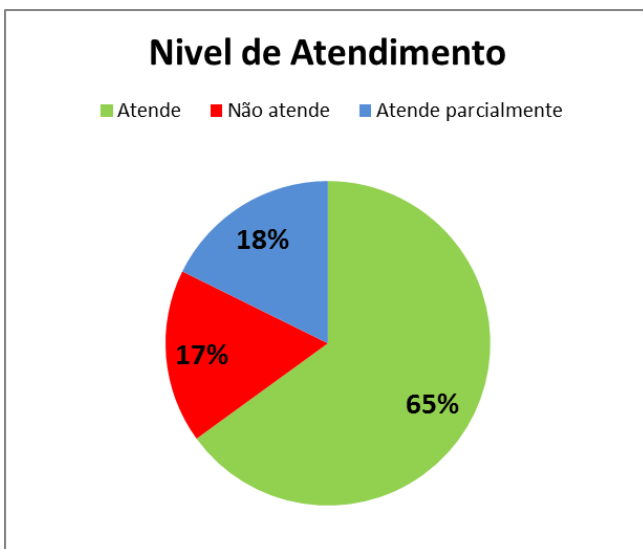
5. RESULTADOS

			PLANEJAMENTO		COMPRO- MISSO INST.	INFRAESTRUTURA			REGRAMENTO		EDUCAÇÃO		COMUNI- CAÇÃO	ACONSEL- HA- MENTO	APURAÇÃO
Cidade	UF	Instituição	Avalia- ção	Plano de Trabalho	CE ativa	CE completa	Inst própria	Func cont	Cod atual	Reg Int	Qualific CEP	Promo veu cursos	Regras éticas	Atendeu consultas	Desvios éticos
Brasília	DF	ANATEL	A	AP	A	A	A	A	A	AP	AP	AP	AP	A	A
Brasília	DF	ANEEL	A	AP	A	A	AP	A	A	A	AP	A	A	A	A
Brasília	DF	CONAB	A	A	A	A	AP	A	A	A	A	A	A	A	NA
Brasília	DF	EMGEA	A	A	A	AP	AP	NA	A	A	AP	A	A	A	A
Brasília	DF	CODEVASF	A	NA	A	A	NA	NA	A	A	AP	A	A	A	A
Brasília	DF	CPRM	A	A	A	A	A	A	A	A	AP	A	A	A	A
Recife	PE	CHESF	A	A	A	A	A	A	A	A	AP	A	A	A	A
Recife	PE	HEMOBRÁS	A	A	A	A	A	A	A	A	AP	A	A	A	A
Recife	PE	UFRPE	A	NA	A	A	A	A	A	AP	AP	A	A	A	A
Petrolina	PE	UNIVASF	A	NA	AP	AP	AP	AP	A	NA	AP	NA	A	AP	NA
Campo Grande	MS	IFMS	NA	A	A	A	AP	A	NA	A	A	A	A	A	A
Grande Dourados	MS	UFGD	NA	A	A	A	A	A	NA	A	AP	A	A	A	A
Campo Grande	MS	UFMS	NA	NA	NA	A	NA	NA	NA	AP	NA	NA	NA	NA	NA
Brasília	DF	IBAMA	A	A	A	A	A	AP	A	A	A	NA	A	AP	NA
Brasília	DF	MCIDADES	A	NA	A	A	NA	NA	NA	A	AP	AP	AP	A	NA
Brasília	DF	IPHAN	A	NA	A	A	A	A	NA	A	AP	AP	A	A	AP
Rio de Janeiro	RJ	IBC	NA	NA	A	A	AP	AP	NA	NA	A	NA	NA	NA	A
Uberlândia	MG	UFU	A	A	AP	A	NA	AP	NA	NA	AP	A	A	A	AP
Uberaba	MG	UFTM	A	A	A	A	A	A	NA	A	AP	A	A	A	A
Uberaba	MG	IFTM	NA	A	A	A	A	A	A	A	AP	AP	AP	A	A

Quadro 1 - Atendimento aos Critérios Avaliados no Relatório de Supervisão - 2016



Quadro 2 - Totais - Atendimento aos Critérios Avaliados no Relatório de Supervisão - 2016



6. COMENTÁRIOS AOS RESULTADOS POR PROCESSO DE TRABALHO

PLANEJAMENTO - Avaliação da Gestão (Coluna nº 1)

Identificar ações voltadas à gestão da ética. Aferir o impacto dessas ações na organização. Priorizar ações com melhores resultados. Redimensionar ações pouco eficazes e definir indicadores de desempenho.

- 75% das organizações visitadas entregaram o Questionário de Avaliação em 2016. Houve uma sensível queda, considerando que no ano anterior foram 77%.

PLANO DE TRABALHO - (Coluna nº 2)

Definir como, quem e quando desenvolver as ações voltadas à gestão da ética.

- 35% das comissões de ética visitadas ainda não atuam mediante um planejamento efetivo, e 10% não têm um plano de trabalho completo, ou aprovado, e com recursos específicos à Gestão da Ética. As 55% restantes possuem um plano de trabalho completo.

COMPROMISSO INSTITUCIONAL - CE Ativa (Coluna nº 3)

Decisão política e atitudes que concretizem a gestão da ética na organização.

- 85% das organizações possuem comissão ativa, enquanto no ano anterior a porcentagem foi de 54%.
- 10% são parcialmente operantes, e 5% não foram consideradas operantes.

INFRAESTRUTURA – Comissão de Ética Completa, Instalações Próprias e Funcionamento Contínuo (Colunas nº 4, 5 e 6)

Avalia a existência de comissão de ética, bem como de secretaria-executiva formalmente instituídas; mandatos não coincidentes e funcionamento contínuo da comissão.

- 90% das comissões estão plenamente compostas, as outras 10% dependem da designação de secretário-executivo e/ou de membros e de mandatos.
- 20% das comissões ainda não contam com instalações físicas próprias, 30% possuem instalações próprias, mas inadequadas, enquanto 50% já possuem instalações.
- Apenas 60% das instalações das comissões funcionam de forma contínua.

REGRAMENTO ÉTICO – Código Atualizado e Regimento Interno (Colunas nº 7 e 8)

Adoção de normas de conduta ética, focadas nas diretrizes institucionais da organização. Existência de regimento interno para nortear o funcionamento da CE.

- 40% das organizações não contam com código de ética próprio e atualizado.
- 30% das comissões de ética atuam sem a publicação de um regimento interno em linha com as normas contidas na Resolução CEP nº 10/2008. Uma continuação da tendência de diminuição observada em 2015, quando foi relatado que 46% não tinham regimento interno, frente a 78% em 2014.

EDUCAÇÃO PARA A ÉTICA – Qualificação pela CEP e Promoção de Cursos (Colunas nº 9 e 10)

Participação nos cursos da CEP. Programa de qualificação de profissionais sobre valores e limites éticos: cursos, seminários, oficinas, palestras e outros. Aferição dos conhecimentos dos profissionais sobre as normas éticas.

- 5% das comissões de ética não contam com algum integrante qualificado pela CEP, 75% já enviaram pelo menos um participante aos eventos promovidos pela CEP, e 20% já capacitaram todos os membros da Comissão.
- 40% das organizações não desenvolveram qualquer iniciativa de promover eventos internos sobre ética institucional, enquanto 60% já realizaram ações nesse sentido.

COMUNICAÇÃO – Regras Éticas (Coluna nº 11)

Divulgação interna e externa sobre: normas de conduta, procedimentos de denúncia e investigação, infraestrutura de gestão da ética na organização.

- 75% das organizações desenvolvem plenamente ações de comunicação, notadamente com o público interno, 15% o fazem de forma incipiente, enquanto 10% informaram que não realizam tal prática.

ACONSELHAMENTO – Atendeu Consultas (Coluna nº 12)

Meios e profissionais qualificados a atender servidores e usuários.

- 80% das organizações fazem trabalho de aconselhamento de agentes públicos sobre ética institucional, enquanto 20% não realizam a atividade plenamente.

APURAÇÃO – Desvios Éticos (Coluna nº 13)

Identificação de condutas éticas não recomendadas. Aplicação de penalidades, de recomendações e de ACPP.

- 25% das organizações declararam não ter realizado qualquer apuração ética, algumas citaram ausência de demanda. 65% realizaram apurações de forma plena ou regular e 10% o fizeram de forma parcial.

6. BOAS PRÁTICAS E OBSERVAÇÕES

Durante as visitas foram colhidos exemplos de boas práticas na Gestão da Ética, principalmente no que se refere à educação para ética.

INSTITUIÇÃO	BOAS PRÁTICAS e OBSERVAÇÕES
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	A) Há rubrica orçamentária própria p/ CE. B) Palestra na recepção de novos servidores.
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	A) A CE promove curso de formação de servidores e de estagiários; promove eventos e conta com multiplicadores. B) Há palestras nas agências estaduais. C) Fazem reunião com o corpo dirigente. D) Possuem parceria com outros departamentos. E) Convocam voluntários para ajudar nos trabalhos da CE. F) Há critério de escolha de membros com a realização de lista tríplice pela CE; após a análise de perfil, segue para o dirigente escolher o novo membro.
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	A) A CE da CONAB participará do curso de ambientação para novos servidores. B) Promove o evento chamado "Café com Ética" (custeado pelos próprios membros) como forma de disseminar a ética entre os servidores da instituição.
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	A) A CE promove a "Semana da Ética" com palestras e filmes, e reuniões setoriais para divulgação da ética. B) Há publicações frequentes no espaço intranet. C) A CE tem autonomia para escolher os membros, convidando 2 a 3 pessoas por vaga para avaliação e escolha pela própria CE.
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	A) A CE sensibiliza novos servidores sobre regramento ético. B) Promove campanhas com cartazes, vídeos e e-mails sobre recebimento de brindes e presentes.
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	Elaboração de Cartazes Educativos, Palestras Regionais, Pesquisa de Opinião, Folder, Cartilha e Boletim Informativo.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	Agenda da instituição tem no rodapé os princípios éticos.
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	Semana da ética, boletins da ética (e-mail marketing) e acolhimento a novos servidores.
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	A CE pretende implementar "tirinha semanal sobre ética" na sua página.
Instituto Federal de Mato Grosso Do Sul - IFMS	<p>A) Os membros da CE reúnem-se semanalmente para trabalhar nos processos e na preparação de ações de educação.</p> <p>B) Promoveram palestras e visitaram todos os campi para divulgar o trabalho da CE.</p> <p>C) A CE tem participação no curso de ambientação de novos servidores.</p> <p>D) Fazem vídeo conferência com os representantes locais para aperfeiçoamento e padronização dos trabalhos.</p>
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	<p>A) Os novos membros da CE são capacitados inicialmente pela própria comissão.</p> <p>B) Fazem parcerias e reuniões com outros órgãos, como a PROGESP, Ouvidoria, Procuradoria e Auditoria.</p> <p>C) A CE tem participação no curso de ambientação de novos servidores.</p> <p>D) Fazem relatório de atendimento para consultas.</p> <p>E) Há um calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias e o secretário-executivo é praticamente exclusivo.</p>
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	Está disponibilizado no site <i>YouTube</i> uma Roda de Conversa ao vivo, com colaborador da CEP, sobre o tema Ética Pública, transmitida por videoconferência.

7. MONITORAMENTO

Tendo em vista o papel da Comissão de Ética Pública de coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, foi dada continuidade ao projeto de monitoramento, iniciado em 2015, que tem o propósito de monitorar se as recomendações feitas às instituições após a visita técnica foram atendidas.

Em outubro foram enviados ofícios e formulários às instituições visitadas em 2015, solicitando informações sobre as providências tomadas quanto ao atendimento das recomendações exaradas, dentro do prazo de 30 dias após o recebimento do ofício. Foram encaminhados 26 ofícios de monitoramento das visitas realizadas em 2015.